

## COMERCIALIZAÇÃO DIRETA DE ALIMENTOS E AFIRMAÇÃO CAMPONESA: A EXPERIÊNCIA DE MONTANHA/ES

Dione Albani da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

A partir de nossas vivências como camponês e estudante do município de Montanha/ES no extremo norte capixaba, despertou em nós a curiosidade científica de compreender os processos que tornaram essa a região com menor densidade demográfica rural do Espírito Santo segundo o IBGE, compreendida aqui como consequência de um processo histórico de concentração fundiária diferente de outras regiões do mesmo estado. Esse processo histórico produziu uma realidade de comunidades camponesas cercadas pelo latifúndio destinado a pecuária extensiva de corte e mais recentemente a monocultura do eucalipto e da cana de açúcar. Compreendemos com nossa pesquisa que a especialização na bovinocultura de corte incentivada pelo estado por meio da política de planejamento e de crédito orientado, o baixo rendimento econômico por área dessa atividade e a dificuldade de acesso ao mercado pelos camponeses nessa porção do território inviabilizaram em grande medida a permanência dos camponeses que aqui se estabeleceram inicialmente. No entanto, entre aqueles camponeses que ainda permanecem, a comercialização direta de alimentos por meio da feira-livre, feira-agroecológica e do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar – CCAF, formas de comercialização direta identificadas por nossa pesquisa tem sido uma estratégia para conseguir uma renda satisfatória com maior êxito. A participação nessas formas de comercialização direta tem impactado nos arranjos produtivos das Unidades de Produção Camponesas – UPC pesquisadas produzindo diversificação, produção sustentável sem agrotóxicos, abastecimento local, preços menores aos consumidores e soberania alimentar.

**Palavras-chave:** campesinato, comercialização direta de alimentos, abastecimento local, soberania alimentar.

### RESUMEN

De nuestras experiencias como campesinos y estudiantes en el municipio de Montanha/ES en el extremo norte de Espírito Santo, nos despertó la curiosidad científica por comprender los procesos que hicieron de ésta la región con menor densidad demográfica rural de Espírito Santo según la El IBGE, entendido aquí como consecuencia de un proceso histórico de concentración de tierras diferente al de otras regiones del mismo estado. Este proceso histórico produjo una realidad de comunidades campesinas rodeadas de latifundios destinados a la ganadería extensiva de carne y más recientemente al monocultivo de eucalipto y caña de azúcar. De nuestra investigación entendemos que la especialización en la ganadería de carne incentivada por el Estado mediante la planificación y la política crediticia focalizada, el bajo rendimiento económico por superficie de esta actividad y la dificultad de acceso al mercado para los campesinos de esta porción del territorio han hizo inviable en gran medida la permanencia de los campesinos que inicialmente se asentaron aquí. Sin embargo, entre los campesinos que aún quedan, la comercialización directa de alimentos a través de mercados al aire libre, ferias agroecológicas y el Centro de Comercialización de la Agricultura Familiar – CCAF, formas de comercialización directa identificadas por nuestra investigación, ha sido una estrategia para lograr un ingreso satisfactorio con mayor éxito. La participación en estas formas de comercialización directa ha impactado los arreglos productivos de las Unidades de Producción Campesina – UPC investigadas, produciendo diversificación, producción sustentable sin

---

<sup>1</sup> Licenciado em Educação do Campo com habilitação em Ciências Humanas e Sociais pelo Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES/UFES, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG/UFES, [dionealbani@gmail.com](mailto:dionealbani@gmail.com);

pesticidas, abastecimento local, menores preços para los consumidores y soberanía alimentaria.

**Palabras clave:** camponesinos, comercialización directa de alimentos, abastecimento local, soberanía alimentaria..

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa sobre a Comercialização direta de alimentos e afirmação camponesa em Montanha/ES, município localizado no extremo norte do estado do Espírito Santo, foi concebida ao constatar a importância da comercialização direta de alimentos para alcançar uma renda mínima satisfatória para reprodução social de um conjunto de camponeses e suas Unidades de Produção Camponesas – UPC's nesse município que apresenta uma das maiores concentrações fundiárias e menor densidade demográfica do meio rural do Espírito Santo.

A partir de meu envolvimento como camponês estudante que busca na ciência geográfica compreender as dinâmicas de ocupação dessa porção do território capixaba, que é onde nasci e cresci, senti a necessidade de entender os motivos pelos quais aqui as comunidades camponesas estarem isoladas em meio aos latifúndios destinados desde sua ocupação a pecuária extensiva de corte e mais recentemente as monoculturas de eucalipto e cana de açúcar.

A partir das reflexões dos trabalhos realizados por Pontes (2007), e Bernardo Neto (2012, 2014), conseguimos compreender os fatores histórico geográficos do processo de formação do território do Espírito Santo e em particular ao norte do Rio Doce considerada a última fronteira colonial da região sudeste. Região essa que se integra a dinâmica capitalista em um momento histórico diferente daqueles que no passado determinaram a ocupação da região central e sul capixaba. Questão essa abordada por Daré, (2010), nos ajudou a entender como a partir da ideia de crise do café implementou-se uma política desenvolvimentista no território que mirou a porção norte do Espírito Santo como um “vazio demográfico”, ainda por encontrar sua vocação econômica, portanto um alvo mais permeável aos projetos desenvolvimentistas que entre outros elementos prevê uma subordinação da agricultura a indústria.

Em Wanderley (1999), compreendemos a importância das fronteiras para a reprodução social do campesinato brasileiro e conservação de suas características diante de um capitalismo que avança sobre o campo hora territorializando-se, hora monopolizando o território como muito bem nos ajuda entender Oliveira (1999). Esse processo de ocupação do território foi muito bem ilustrado nos depoimentos dados por meio das entrevistas que realizamos com camponeses que comercializam nos espaços de comercialização direta de alimentos, informando que desde a mais remota ocupação desse território por camponeses oriundos do Leste de Minas, Sul da Bahia e do Sul do Espírito Santo, a realização das feiras-livres foi de

fundamental importância para a geração de uma renda satisfatória necessária a permanência e afirmação camponesa como aponta Chayanov (2004, [1924]).

Dada a importância das formas de comercialização direta de alimentos identificamos a realização de duas feiras semanais, sendo uma delas agroecológica que acontece às quartas feiras na Praça Osvaldo Lopes, e a feira-livre que acontece aos sábados no mercado municipal, também temos o Centro de Comercialização de Agricultura Familiar – CCAF que em 2023 completa 10 anos de funcionamento. Merece destaque também as compras governamentais, embora a implementação delas não sejam o foco de nosso estudo nesse momento.

Partimos da hipótese de que a comercialização direta de alimentos é uma estratégia importante para afirmação camponesa, com vistas a sua reprodução social, diminuição de sua subordinação ao capital dada a sua importância pra a sociedade como um todo, pois, são sujeitos de um modo de fazer agricultura embasado no cuidado e reprodução dos bens da natureza com vistas a atender as suas demandas e da sociedade (PLOEG, 2008). Entender e fortalecer essas práticas é de grande importância.

Como objetivo geral de nossa pesquisa buscamos entender como as formas de comercialização direta tem contribuído para a afirmação do modo camponês de fazer agricultura, em específico na questão da geração de renda satisfatória para a sua reprodução social. De modo específico desejamos entender a importância das formas diretas de comercialização para as famílias camponesas nela envolvidas; fazer um levantamento da variedade de alimentos comercializados nesses espaços e o número famílias envolvidas; ouvir a opinião dos consumidores.

Para alcançar esses objetivos realizamos rico levantamento de dados como levantamento dos camponeses envolvidos, suas comunidades, montantes comercializados, número de cadastrados por meio de visitas de campos nos espaços de comercialização direta por nós identificados. Realizamos também entrevistas com 25 camponeses que comercializam em uma ou mais formas de venda direta por nós identificadas com vistas conhecer os impactos do envolvimento nessa forma de comercialização na organização do trabalho e arranjo produtivo da Unidade de Produção Camponesa – UPC.

Concluimos que a comercialização direta de alimentos tem influenciando o trabalho e o arranjo produtivo dessas UPC's, fortalece e amplia a dinâmica local de abastecimento de alimentos contribuindo para uma maior soberania alimentar local, da visibilidade aos grupos camponeses envolvidos na produção de alimentos o que tem promovido uma aproximação da cidade com o campo, proporciona o uso de práticas mais sustentáveis de produção como a

agroecologia, agricultura orgânica entre os camponeses que produzem para vender nas formas diretas de comercialização.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar os nossos objetivos realizamos pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de: campesinato no mundo e no Brasil, soberania e segurança alimentar, território e territorialidade, questão agrária e modernização da agricultura e especificidades do processo de formação do campesinato no estado do Espírito Santo.

Fizemos visitas aos espaços de comercialização direta de alimentos. Nas duas feiras livres que identificamos, realizamos abordagem nas bancas de comercialização apresentando a pesquisa e fazendo o levantamento da comunidade ou localidade de origem da produção ali comercializada. Outro espaço de comercialização de grande importância identificado é o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar – CCAF onde realizamos o levantamento dos camponeses que ali comercializam, as comunidades e ou localidades a que pertencem, os alimentos que comercializam, montantes comercializados de acordo com cada cadastro, principais alimentos comercializados e valores de vendas.

Fomos a campo entrevistar 25 camponeses e camponesas e suas Unidades de Produção Camponesa - UPC envolvidos nas formas de comercialização direta de alimentos identificados a partir das visitas realizadas nos espaços de comercialização. As entrevistas foram realizadas por meio de roteiro estruturado abordando questões relativas a prática produtiva desses camponeses e suas UPC's, as atividades econômicas ali desenvolvidas com destaque a produção de alimentos que acontecem nesses espaços, distribuição da área de produção de acordo com as atividades econômicas desenvolvidas, envolvimento do grupo familiar na atividade produtiva, tecnologias empregadas na produção e resultados econômicos alcançados com a comercialização direta de alimentos. Pesquisa devidamente aprovada de acordo com o parecer 6.000.808 de 13/04/2023 emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo Bernardo Neto, (2014), configuraram-se no estado do Espírito Santo duas formas particulares de acesso à terra estabelecidas regionalmente: Centro Sul e Extremo Norte. Na porção Extremo Norte, onde está localizado o município de Montanha/ES onde estamos desenvolvendo a pesquisa, os processos sócio-políticos-econômicos que determinaram a ocupação das terras foram diferentes daqueles que propiciaram a disseminação da pequena propriedade na região Centro Sul do estado.

Daré, (2010) ressalta que quando se vai processar a ocupação ao norte do Rio Doce, está se formulando uma crítica a dinâmica de ocupação do território - outrora incentivada - por pequenas propriedades na lógica de reprodução do campesinato. Acusam o campesinato de ser incapaz de dinamizar a economia do Espírito Santo, uma propalada necessidade para melhorar a arrecadação necessária ao estado no cumprimento de seu papel como fomentador do desenvolvimento

Na segunda metade do século XX, momento em que se intensifica a integração da região de nosso estudo na dinâmica econômica estadual e nacional, a ênfase do debate está na questão do desenvolvimento, principalmente das regiões do globo que até então permaneciam em condições de “subdesenvolvimento”. A principal estratégia discutida e adotada para superar essa condição perpassa por um papel atuante do estado no desenvolvimento dessas regiões. O estado precisaria intervir sendo impulsionador desse processo, o modelo de desenvolvimento tomado como referência tem como eixo principal a industrialização. Todas as demais áreas da economia deveriam estar subordinadas a esse intento, conseqüentemente, no caso da agropecuária, esta deveria estar numa relação de subserviência à indústria e ao urbano em oposição ao passado agroexportador que se deseja superar (DARÉ, 2010).

Protagonista na formulação dessas orientações, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL<sup>2</sup> a partir de 1948, foi o principal ator nas discussões sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado, apontando para a necessidade de forte intervenção do Estado no processo de industrialização. Essa atuação do Estado era desejada e incentivada pelo regime de acumulação capitalista fordista/keynesiano que articulado ao regime alimentar norte americano viu no Brasil uma ampla possibilidade desovar, não o seu excedente de grãos, mas sim um conjunto de tecnologias para a agricultura que ficaram conhecidas como a Revolução Verde<sup>3</sup>

No contexto da Guerra Fria, os EUA, com objetivo de ampliar sua influência, lançam uma política para a agricultura em diversos países, tendo por bases a assistência técnica e o crédito rural. A finalidade era modernizar a produção agrícola que, em

---

<sup>2</sup> A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), dentro de um movimento geral para implantar, em cada continente, núcleos de apoio ao planejamento das economias após a Segunda Guerra Mundial. Desde então se tornou uma escola de pensamento econômico de referência na discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países da América Latina.

<sup>3</sup> Segundo o Dicionário de Agroecologia e Educação, a Revolução Verde foi um processo lento, não só de mudança técnica, mas sobretudo econômica e também cultural que impulsionou transformações na agricultura, associadas a um pacote tecnológico (fertilizantes, sementes, agrotóxicos e máquinas, (fármacos, rações, instalações, matrizes e reprodutores animais), que induziu a especialização produtiva (monocultivos e confinamentos e criação extensiva de animais) em grandes extensões de terra, com objetivo de exportação de matéria-prima. A agricultura foi subordinada à indústria e assumiu sua lógica na produção agropecuária, constituindo o que se denomina complexo agroindustrial.

síntese, seria a adoção de uma política de dependência: fertilizantes químicos, venenos (agrotóxicos), mecanização e monoculturas, em detrimento da biodiversidade e da autonomia dos agricultores.” (DIAS<sup>4</sup> et al., 2021, p. 654).

A partir de 1950 no cenário nacional e também no Espírito Santo os ideais desenvolvimentistas permeiam o estado e têm como princípios orientadores superar o passado agroexportador, impulsionar a industrialização e modernização tendo o estado como o principal agente. Contribui ainda mais para a inserção dessa ideologia por essas bandas a condição de “atraso” que o estado ocupava na região sudeste, a mais dinâmica economicamente (Daré, 2010).

Porém, a realidade capixaba quando comparada a realidade do restante do país promove um paradoxo: no cenário nacional a estrutura agrária concentrada era considerada a causa da má distribuição da riqueza, consistia em um limitador para formação de um mercado consumidor para a nascente indústria. Já no Espírito Santo, a estrutura fundiária dividida entre famílias de camponeses com níveis de autonomia consideráveis em relação ao mercado, que pouco empregavam, e pouco demandavam do mercado é considerado um limitante para esse desenvolvimento.

“Se a nível nacional o problema da estrutura agrária estava relacionado à concentração fundiária, e por isso a burguesia industrial rompe com a oligarquia cafeeira e passa a buscar novos mecanismos de renda, no Espírito Santo o problema agrário que se coloca nesse mesmo período está ligado à pequena propriedade familiar. As propriedades agrícolas do Espírito Santo nesse período, sobretudo as propriedades que produziam café, eram, predominantemente, familiares e utilizavam pouco trabalho assalariado. Por isso elas tinham pouco consumo e apresentavam certo grau de autonomia em relação ao mercado.” (Daré, 2010).

Concebe-se que para colocar o Espírito Santo no caminho do desenvolvimento era necessário superar o seu “atraso”, materializado principalmente numa estrutura fundiária fragmentada, com pouca ou nenhuma mão de obra assalariada e uma condição de quase autonomia dos estabelecimentos agrícolas.

No rol dos atores envolvidos na formulação de propostas para a superação do “atraso” capixaba temos: a Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES fundada em 1958, apoiada pela Confederação Nacional das indústrias – CNI e o governo estadual de Carlos Lindenberg (1959 – 1962). Tais atores imbuídos de uma perspectiva modernizante que busca no planejamento implementar o desenvolvimento, vão precisar inicialmente compreender a situação socioeconômica do Espírito Santo.

“A atuação desse Conselho Técnico se deu, principalmente, através da criação de estudos e diagnósticos sobre a situação econômica e social do Espírito Santo. Esses estudos tiveram início com o *Seminário Pró-desenvolvimento Econômico do Espírito*

*Santo*, realizado em fevereiro de 1960 pela FINDES com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Governo Estadual” (Daré, 2010, p.36).

Destaca-se a partir desse momento um conjunto de formulações que se dedicam ao “estudo e diagnóstico” da realidade capixaba. Dentre eles vale destacar o documento intitulado: “Desenvolvimento municipal e níveis de vida do Estado do Espírito Santo – 1960” elaborado pelo Serviço Social Rural em 1962 que apontava a região ao norte do Rio Doce como uma região que não possuía características de ocupação permanente e sem uma definida vocação econômica e social, se tornando assim uma área de expansão potencial para os projetos desenvolvimentistas, uma vez que estava por “desenvolver-se”. Um discurso que invisibilizava a territorialidade dos Botocudos, Krenak e Pojichá, povos indígenas que controlavam esses territórios, além de comunidades quilombolas e camponesas que ocupavam a região. Desenvolveram uma retórica de que essa região constituía

[...] "extensos vazios demográficos" e com "grandes áreas de terras devolutas", onde a economia ainda se revestia de "caráter extrativo". Por isso, essa área ainda procurava sua "vocação econômica e social", caracterizando-se, assim, como uma área de "expansão potencial" (Serviço Social Rural, 1962, p. 52).

O relatório “Desenvolvimento municipal e níveis de vida do Estado do Espírito Santo – 1960” desenvolvido pelo Serviço Social Rural teve como principal resultado contribuir para que o ideário industrial se consolidasse como “[...] uma alternativa fundamental para ‘acelerar o desenvolvimento’ do estado e retirá-lo do ‘subdesenvolvimento’ em que se encontrava” (Daré, 2010, p.40).

Veremos que isso se confirma no conjunto de medidas que o estado vai tomar que contribui para moldar a ocupação dessa porção do território assim como as atividades econômicas primordialmente incentivadas e desenvolvidas como é o caso da bovinocultura de corte. Um exemplo e a legislação que trata da quantidade de terras possíveis de serem legitimadas por requerente, vemos no decorrer do século XX um aumento da quantidade de terras que uma pessoa pode legitimar.

**Tabela 1: Limites para concessão de terras a pessoas físicas no Estado do Espírito Santo (síntese)**

Legislação/Momento	Ano	Limite previsto
Projetos de colonização		25 a 50 hectares
Lei 1.148	1917	60 hectares
Lei 1.711	1929	150 p/ fins agrícolas ou 200 para prática da pecuária

---

Lei 647	1949	100 hectares + 25 hectares por filho que o requerente possuísse.
---------	------	--

---

Fonte: Bernardo Neto, 2012.

Observem que na lei de 1711 de 1929 já aparece uma distinção do tamanho de área a ser legitimada de acordo com as pretensões de uso em um nítido favorecimento caso o requerente deseje desenvolver a pecuária. Embora haja uma redução na quantidade de terras possíveis de serem legitimadas entre a lei 1.711 de 1929 e a lei 647 de 1949, observe que esta última permite aumentar a área requerida de acordo com o número de filhos, em uma realidade de grande taxa de natalidade do Brasil à época, facilmente era possível legitimar áreas entre 200 e 300 ha.

A atividade econômica capitalista que vai inserir o Norte na dinâmica econômica nacional é a exploração madeireira, porém, temporalmente depois do Centro Sul, pela dificuldade no transporte da madeira e também pela resistência de povos do Tronco Linguístico Macro-Jê, denominados de Aimorés, Botocudos, Puris. Povos da floresta, caçadores e "andantes", exímios defensores de seus territórios e hostis à penetração nos mesmos, presentes significativamente até início do século XX. A exploração de madeira vai se efetivar massivamente com o desenvolvimento do transporte rodoviário e o aumento da demanda nacional, por conta do avanço da urbanização, e internacional após a Segunda Guerra Mundial.

Nessa porção do território capixaba será frequente a associação das madeiras com os fazendeiros, em um acordo mútuo que favorecia a legitimação de muitas terras nas mãos de um só proprietário, o que facilitava a entrada das madeiras para explorar a área. Mas, como nos fala Bernardo Neto (2014), para legitimar essa área era preciso torná-la produtiva, e a alternativa encontrada – também consequência do avanço da urbanização no país - foi a pecuária extensiva de corte que exigindo baixa demanda de mão de obra e com baixo custo de implantação, embora também com baixo rendimento por área, só se torna viável com a sua implantação em grandes áreas para que possa gerar um retorno econômico interessante aos capitalistas envolvidos na atividade. A necessidade maior de carne bovina nas cidades e a ampliação das áreas destinadas para pastagens em vários territórios do Brasil ilustram como se realiza a “monopolização do território pelo capital” (OLIVEIRA, 1999) e a subordinação do campo à cidade.

No entanto, essas terras não eram “vazios demográficos” como quiseram fazer entender, essas terras já vinham sendo ocupadas anteriormente por grupos de famílias camponesas nas condições de posseiros que para cá vieram do leste de Minas Gerais por conta da decadência



da exploração aurífera, e do Sul da Bahia. Segundo Pontes, (2007), estes posseiros muitas e muitas vezes foram expulsos de forma violenta de suas posses pela atuação conjunta das madeireiras e fazendeiros com seus jagunços e com auxílio do Estado seja diretamente por meio das forças policiais ou indiretamente pela ação de funcionários corruptos que facilitavam a legitimação de áreas já ocupadas por camponeses em favor das madeireiras e fazendeiros.

A ação articulada e violenta de madeireiras, fazendeiros e o Estado provocaram um intenso processo de *descampezinização* (WANDERLEY, 1999), dessa porção do território capixaba. Como consequência, o município onde desenvolvemos nosso estudo está entre os que apresentam menor de densidade demográfica estadual – menos de 7 habitantes por km<sup>2</sup> de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do IBGE<sup>5</sup>.

### **Acesso ao mercado e reprodução social camponesa no Extremo Norte**

A atividade econômica que predominantemente se instala no extremo norte - a pecuária de corte - só se torna “viável” quando desenvolvida em grandes áreas, uma vez que sua geração de valor por unidade de área ocupada é muito pequena, tornando, por seu turno, muito difícil que famílias camponesas controlando uma pequena área de terras, (normalmente o que os braços dos componentes do grupo familiar conseguem fazer produzir), possam alcançar uma renda satisfatória para sua reprodução social como camponeses.

Soma-se a essa realidade a ausência de mercado, dada a distância de grandes centros consumidores, para outras atividades produtivas que poderiam ser desenvolvidas, principalmente a produção de alimentos, que apresentam melhor retorno econômico por área, como demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 2: Relação entre área ocupada e valor da produção das atividades agropecuárias no Espírito Santo – 1970**

Atividade	Área Ocupada (em hectares)	Valor Total (em mil cruzeiros)	Média por hectare (em mil cruzeiros)	Proporção em relação à pecuária
<b>1970</b>				
Pecuária*	1.829.975	100.539,00	0,05	1
Café	190.596	150.425	0,79	14,37
Arroz	50.813	15417	0,3	5,46
Feijão	68.930	17.184	0,25	4,55
Mandioca	31.840	17.134	0,54	9,82

<sup>5</sup> Na data de elaboração do artigo os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022 no que diz respeito a população rural do município de Montanha e demais municípios da região não estavam disponíveis ainda.

Milho	184.191	31.369,00	0,17	3,09
Batata Inglesa	1.222	1.411,00	1,15	20,93
Cana de Açúcar	20.797	9.211,00	0,44	8,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1970.

\* Considerou-se o valor total da produção animal de grande porte

Como vimos, na região onde situa-se o município de nosso estudo ficou em uma situação bastante desinteressante para a reprodução social do campesinato, fato que se destaca para contribuir para essa realidade é a dificuldade de acesso ao mercado para comercializar qualquer produção de alimentos que viria a ser produzida para além da demanda do grupo familiar.

Chayanov, (2014, [1924]), ao teorizar sobre a agricultura camponesa, a denomina como uma forma não capitalista de produção e demonstra - a partir da elaboração do “cálculo camponês” - que a sua finalidade é a busca pela satisfação das necessidades familiares. É a este propósito que o trabalho familiar é destinado e não propriamente para a obtenção de lucro. Ao final de um determinado período produtivo vai haver uma receita bruta (RB) em mercadorias de onde serão deduzidos os gastos com materiais (GM). O produto resultante deste cálculo é o que podemos chamar de renda líquida ou produto do trabalho camponês. As mercadorias produzidas serão utilizadas diretamente na satisfação das necessidades familiares e/ou destinadas ao mercado, onde serão transformadas em dinheiro, o qual tende a ser revertido na aquisição de mercadorias, tanto para a atividade produtiva vindoura (insumos e ferramentas diversas) quanto para aquisição dos bens necessários à sua reprodução social (aqueles que os camponeses porventura não tenham condições de produzir).

Temos aí uma lógica camponesa de produção sintetizada pela seguinte expressão:  $M - D - M$ , ou seja, ele, a partir da terra e de seu trabalho familiar, produz uma mercadoria (M) que, colocada à venda no mercado, é transformada em dinheiro (D) que será em partes destinado para aquisição de outras mercadorias (M). Essa lógica é inversa à capitalista na agricultura, em que um determinado ator social, dispondo de capital (dinheiro), o investe em determinada atividade agropecuária com vistas a produzir mercadorias para obter um retorno financeiro maior que o investido inicialmente. Sua lógica pode ser expressa da seguinte maneira:  $D - M - D'$ .

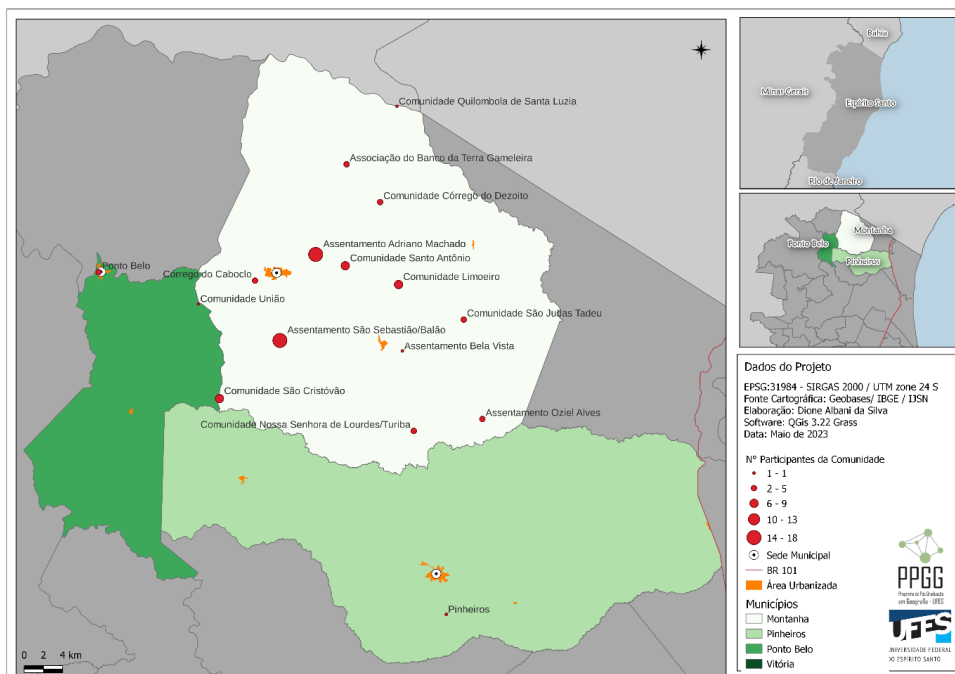
No entanto, Silva (2018), discutindo a resistência camponesa e sua territorialidade em meio “aos domínios do boi no extremo norte do Espírito Santo” (BERNARDO NETO, 2014), observa em seu trabalho que grupos camponeses que resistem com maior grau de campesinidade – expresso principalmente na forma que desenvolvem o trabalho em suas

unidades produtivas com diversificação e produção de alimentos – em comunidades camponesas rodeadas pelo latifúndio no município de Montanha/ES, encontram nas formas de comercialização direta dos alimentos que produzem, maior êxito no objetivo de alcançarem uma renda satisfatória para sua reprodução social como camponeses e consequente melhores condições de permanência no campo, entendida por nós como importante fator de afirmação da identidade camponesa desses grupos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa pesquisa identificou cerca de 84 Unidades Camponesas de Produção - UPC envolvidas diretamente nos espaços de comercialização direta de alimentos sendo eles: a feira livre, o centro de comercialização de alimentos da agricultura familiar - CCAF e a feira agroecológica (por ordem cronológica de criação). Ainda merece destaque como forma de comercialização de alimentos pelos camponeses as compras governamentais. Nessa modalidade de comercialização identificamos nove camponeses vendendo alimentos para a alimentação escolar, e 41 camponeses comercializando no programa de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDA.

### Mapa: Localização das UPC's envolvidas nas formas de comercialização direta de alimentos em Montanha/ES de acordo com a Comunidade - 2023.



A feira-livre atualmente acontece aos sábados no mercado municipal de 4 h às 12h, conta com 43 bancas e forte presença de feirantes da zona urbana, cerca de 30% dos participantes na atualidade, esse grupo caracteriza-se por alguns atravessadores e aqueles que comercializam produtos alimentícios, principalmente panificados, produzidos em suas

residências. Quanto aos camponeses esses representam 70% dos participantes de 12 comunidades diferentes, 3 delas localizadas em municípios vizinhos: Ponto Belo e Pinheiros.

Nossa pesquisa identificou que no passado aconteciam ao menos duas feiras livres em Montanha. Em entrevista realizada com Lindaura Oliveira do Nascimento, 71 anos, que informou trabalhar na feira a cerca de 50 anos, ela relata a existência de dois locais de feira-livre: um no local onde hoje é a praça principal de Montanha e outra próxima ao “Colégio das Irmãs”. José Maria Albani, 69 anos, relata que desde os 8 anos, com o pai, frequenta a feira livre de Montanha e informou que a feira-livre já aconteceu em dois outros locais até se fixar definitivamente no mercado municipal.

Ele ainda diz que quando chegaram em Montanha vindos de Colatina/ES, seu pai foi comercializar alfaces que ele diz ter sido um dos primeiros cultivos realizados na terra recém adquirida, em uma feira que acontecia no bairro Fundão, local onde nasce a cidade de Montanha, as margens do córrego Montanha. Depois a feira “subiu o morro” e passou a ser realizada no local onde hoje é a Praça Osvaldo Lopes, praça principal da cidade onde hoje está situada a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e a agência do Banco do Brasil, dali ela passa a ser realizada no mercado municipal.

“...Eu fui uma vez na feira com pai, no Fundão, quando Montanha nem existia... foi logo a primeira vez que eu fui a Montanha eu lembro até hoje, fui mais pai vender a primeira coisa que nós colhemos aqui, foi alface, levou muita alface lá no Fundão e vendeu todinho, também naquela época ninguém mexia com esse negócio, você não via ninguém vendendo nada desse negócio de verdura (...) era no Fundão, depois passou cá pra cima para a praça no Banco do Brasil, ali na prefeitura tudo ali era feira...” (ALBANI, 2023).

Como fica evidente nesse relato, a feira-livre de Montanha esteve presente desde os primórdios do processo de constituição da cidade que mais tarde vai se tornar o distrito sede do município. Sua importância é evidente os relatos acima para os camponeses que precisavam de alguma forma comercializar sua produção, uma condição fundamental para o êxito em se fixar nesse território com condições tão hostis a reprodução social do campesinato.

Segundo João Passos, (2023), ex-vereador e ex-secretário municipal de agricultura, o CCAF existe desde 2013 fruto de uma conjunção de políticas públicas de incentivo à produção agroecológica, ascensão dele como secretário municipal de agricultura, articulações e pressões dos camponeses. Ele destaca que foi fundamental para fomentar a ideia da criação do espaço de comercialização um programa do governo do estado chamado Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS que visava estimular a produção de alimentos agroecológicos e geração de renda para o meio rural promovendo o desenvolvimento para os municípios beneficiados pelo programa (Governo do Espírito Santo, 2010).

O PAIS previa como uma de suas ações a criação de um espaço de comercialização dos alimentos produzidos pelos camponeses beneficiados pelo programa.

“Aí surgiu esse projeto PAIS, [dele] que veio todo um processo de criar um centro de comercialização, aí já tinha as mesas, já tinha a localização, ela [Iracly Baltar prefeita no mandato anterior 2009-2012] já tinha feito o projeto para fazer lá no mercado, já tinha uma sala no mercado, só que ficou parado, não deu tempo de fazer. Quando nós entramos em 2013, nós aproveitamos que já tinha um pensamento e começamos a criar, só que nós achamos melhor não no mercado porque o local era pequeno, foi aonde o prefeito cedeu a área lá da casa da agricultura pra gente fazer lá dentro. Nós fizemos lá dentro, lugar apertadinho, mas para poder iniciar, que era necessário iniciar.” (PASSOS, 2023).

Para além dessa demanda, também existia por parte dos agricultores a necessidade de um espaço de comercialização que desse vazão a produção de alimentos que muitas vezes não conseguia ser vendida na única feira-livre que existia até então. Como informa João Passos, (2023), uma das motivações de criação do CCAF, e um dos critérios iniciais para comercializar nele era ser feirante que a partir de agora teria um espaço para vender aquela produção que não conseguia ser vendida na feira.

“...A gente começou a discutir se havia essa possibilidade, e o pessoal começou a despertar que poderia ter essa possibilidade. Aí existia onde? Em Vila Pavão, existia um centro de comercialização da agricultura familiar que funcionava, aí nós fizemos uma caravana um dia daqui para lá, fomos lá fizemos uma visita, entendemos mais ou menos como é que funcionava. No início parecia que era difícil a gente criar um centro aqui naquele formato que eles já tinha lá, o deles já tinha três ou quatro ano trabalhando entendeu? Mas assim, com a vontade do povo, dos agricultores e com a intervenção da prefeitura criamos o centro que foi importante. Hoje, você vê que é um centro mais desenvolvido, naquela época tivemos algumas dificuldades. Mas para dizer que ele foi criado para atender aquele que estava na feira, incentivar o cara produzir alimentos, hoje expandiu para mais pessoas que não trabalha mais na feira, mas foi importante a criação do centro.” (PASSOS, 2023).

Hoje o CCAF funciona de segunda a sexta feira das 7h às 16 horas, conta com duas funcionárias e 62 camponeses cadastrados vinculados a 13 comunidades camponesas diferentes. Em média 50 camponeses cadastrados são os que mensalmente vendem alguma produção nesse espaço. Do total de cadastrados, 42% são mulheres e 58% homens. De acordo com os dados da contabilidade do CCAF em 2022 o montante comercializado foi de R\$ 707.383,70. Há camponeses que comercializam no CCAF valores desde R\$ 1,50/mês até mais de R\$ 8.900,00/mês, o que demonstra uma grande disparidade entre quem vende menos e quem vende mais nesse espaço de comercialização, estando em média 44% dos camponeses cadastrados vendendo valores na faixa abaixo de R\$ 500,00 mensais.

A feira agroecológica acontece a cinco anos, desde 2018, todas as quartas feiras, de 7 às 12 horas. Atualmente acontece na praça principal da cidade, conta com 11 feirantes agroecológicos e uma feirante com produção orgânica certificada. Os feirantes que participam da feira agroecológica são de cinco comunidades camponesas diferentes.

Segundo informam os feirantes que participam desde o início dessa feira, ela surgiu de uma proposta gestada no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES campus Montanha em torno das ações desenvolvidas em torno da semana dos orgânicos de 23 a 29 de maio de 2018. Os responsáveis pelo evento desejavam que a partir daquele momento fossem realizadas feiras semanais nas dependências do campus com vistas atender a demanda de alimentação da comunidade acadêmica. Como a discussão estava no bojo da questão da alimentação de qualidade, livre de agrotóxicos, e sobretudo acessível, a perspectiva de uma feira agroecológica que aproximasse quem produz de quem consome seria o caminho mais acertado para alcançar esses objetivos.

A primeira feira acontece dia 30 de maio de 2018, no entanto não como pensado a priori, ela vai acontecer no centro da cidade em atendimento as observações dos camponeses envolvidos na discussão, que perceberam que a demanda seria muito pequena se as feiras fossem realizadas somente no campus, e além do mais, se a perspectiva era dar visibilidade a produção camponesa de alimentos agroecológicos e orgânicos, realizar o evento em um local de maior circulação e visibilidade como o centro da cidade seria o ideal. Assim é que ela inicialmente vai ser realizada semanalmente às quartas feiras na Alameda do Teatro Municipal em frente ao INSS a partir das 16 horas.

Passados alguns meses de funcionamento nesse espaço inicial, já no ano de 2019, sentiu-se a necessidade de mudar de local uma vez que a visibilidade da feira e o volume de vendas estavam aquém do necessário para garantir uma rentabilidade mínima que garantisse aos camponeses envolvidos as condições para torná-la viável. Nesse intento foi apresentada a prefeita municipal à época a demanda de mudança de local para a Praça Osvaldo Lopes, a praça principal da cidade, onde funciona desde então.

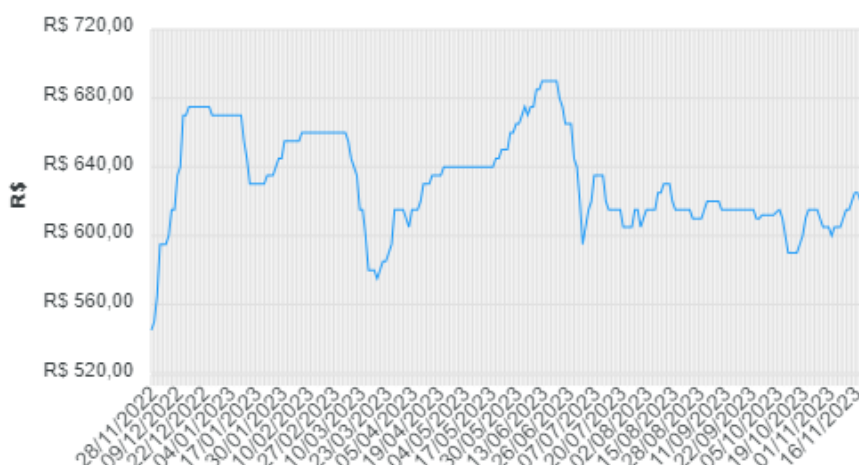
### **Importância da comercialização direta de alimentos**

Ao questionarmos os camponeses por nós entrevistados sobre a importância da renda conseguida com a comercialização direta para o trabalho na UPC e na vida familiar como um todo, identificamos que 12 (48%) apontaram que essa renda serve para custeio das necessidades cotidianas familiares (alimentos, contas de energia, farmácia etc.) e até da atividade produtiva como insumos para produção de forma geral, para três (12%) a principal importância é a complementação da renda familiar, a satisfação com o trabalho foi apontado como importância da renda por uma camponesa (4%), e para sete (28%) constitui a única fonte de renda da propriedade.

Para os 48% que apontam a importância da renda com a comercialização direta para custeio do grupo familiar e da atividade produtiva percebemos a adoção de uma estratégia

interessante para se tornar menos dependente do mercado. Dos entrevistados 52% além de destinarem áreas produtivas de suas UPC's para a produção de alimentos destinados a comercialização direta, também produzem café e pimenta do reino atividades econômicas comercializadas por meio de atravessadores destinadas ao mercado de commodities. Para o café e a pimenta do reino o camponês não estabelece o preço ficando dependente do que é estipulado pelo mercado mediante oferta e procura e a especulação.

### Gráfico: Variação do preço do Café Conilon tipo 7/8 nos últimos 12 meses



Fonte: Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de São Gabriel da Palha - COOABRIEL<sup>6</sup>

Como o gráfico acima demonstra, no caso do café conilon, essa commodity tem variação considerável de seu preço no decorrer do ano. No entanto, aqueles camponeses que estão comercializando de forma direta conseguem evitar de vender o café em épocas de baixos preços, conseguindo até custear a produção sem precisar vender o café, como se trata de uma commodity armazenável por longos períodos, diante de uma estratégia que envolve a comercialização de alimentos de forma direta os camponeses entrevistados tem gerado um estoque a ser comercializado no momento que os preços estiverem mais favoráveis. Isso fica muito evidente na fala do Sr. Jair Luiz Três, ao relatar como o cultivo de bananas e a comercialização de forma direta de sua produção o ajudou a “guardar o café” e a realizar melhorias na sua UPC e consequentemente na qualidade de vida de sua família.

“...aí eu plantei café e introduzi a banana também, aí foi outra guinada da sorte, banana de novo me deu dinheiro, rapaz deu tanta banana três pencas e banana maçã, (...) foi pouca D20 [modelo de caminhonete] que eu vendi de banana não, entregava para a merenda escolar de uma pessoa que tinha feito o contrato e não cumpriu e aí me passaram esse contrato, mas eu ganhei tanto dinheiro naquele negócio, aí eu tava colhendo café aqui, tinha a lavoura de café aqui e lá já comecei a produzir também, café e banana, aí eu fui secando café e pilando, eu guardei 500 sacas de café pilado dentro desse paiol ali ó (...) Aí foi na hora que eu vendi o café e comprei esse carro zero de novo, eu vendi o café (...), mas quem fez guardar o café foi a banana, então de

<sup>6</sup> Disponível em < <https://cooabriel.coop.br/cotacao-do-dia> >. Acesso em 25/11/2023.

novo, depois de muitos anos, eu consegui comprar um carro novo com que? Banana de novo, não foi café, foi banana que fazia tudo [custeio das atividades produtivas e da família] e o café eu guardei, podia guardar a banana? não podia. Vendia essa banana no PNAE, levava para Pinheiros, na feira de Pinheiros, de Vinhático, de Montanha, o pau quebrava...” (Jair Luiz Três, 2023).

Como esse, são vários relatos dos camponeses entrevistados que adotam essa estratégia para alcançarem uma renda satisfatória com maior êxito, onde a produção e comercialização de alimentos de forma direta é uma condição fundamental para esse êxito.

Outro depoimento que expressa essa estratégia e como a comercialização direta de alimentos ocupou lugar estratégico na organização produtiva de sua UPC é de Eduardo Freire. Ele relata que ao tentarem aumentar a propriedade adquirindo mais um pedaço de terra de um vizinho começaram a se endividar, principalmente por conta da seca de 1996 que inviabilizou a produção de café. Seu depoimento ratifica a importância da comercialização direta de alimentos, uma vez que, passaram a produzir abóbora em grande quantidade, porém comercializada para atravessadores, foi quando estavam na condição de quase não ter dinheiro para as demandas básicas como comprar alimento, que retomaram a feira e as coisas começaram a melhorar.

“...Plantamos muita abóbora mesmo e a gente teve, eu falo assim, azar em ganhar dinheiro em uma, esse fato de ter ganhado bastante dinheiro em uma roça fez com que a gente mantesse insistindo naquilo e aí o lucro que a gente teve numa roça foi todo nas outras. Aí então a gente não tinha pra manter a despesa diária mesmo, foi complicado, porque assim a abóbora chegava a cada 3 meses café a cada ano, aí depois que a gente entrou na feira a gente começou a ter renda semanal né, uma ‘rendazinha’ semanal então aquilo ali começou a dar uma equilibrada, então assim as contas do dia a dia alimentação, roupa, combustível a gente conseguia manter tudo com a feira né aí já te dava uma tranquilidade para você tocar as coisas.... O arrependimento é de não ter feito isso antes se a gente tivesse feito isso lá em 94 quando a gente comprou essa propriedade, vixi, hoje a gente tava muito mais tranquilo, assim eu acredito, porquê o pensamento que pai tinha era: ‘há, esse negócio de vender quilinho de trem isso não dá nada não, você vai lá vender 20 quilos de um trem, 15 quilos de outro, não vai compensar, não dá dinheiro né’ mas quem começa a trabalhar em feira é muito difícil parar. (Eduardo Freire, 2023).

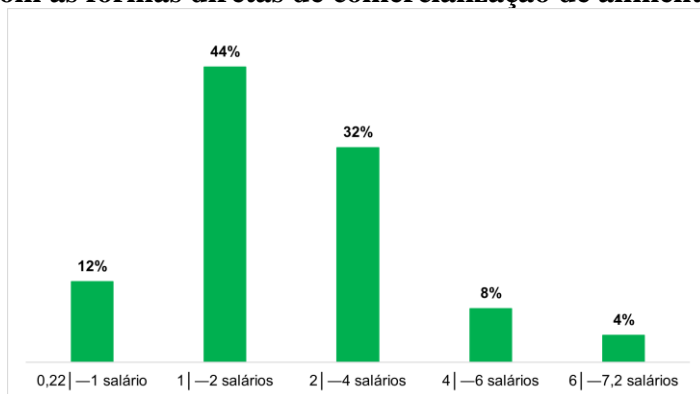
Outro aspecto de relevância por nós identificado é a relação direta com os consumidores como um fator importante na decisão de não usar agrotóxico na UPC principalmente na produção de alimentos. Dos entrevistados 16, (64%) afirmam que não usam agrotóxicos na produção de alimentos que se destinam as formas de comercialização direta, em grande parte deles com sua UPC em transição agroecológica, uma, (4%) UPC já se encontra certificada orgânica por auditoria, seis (24%) afirmam fazer uso de agrotóxicos em todas as atividades desenvolvidas, 3 (12%) não informaram sobre o tema. O depoimento de Hélio Cordeiro de Souza, 41 anos, ilustra bem como a relação direta entre consumidor e camponês é importante nessa decisão.



“...eu mexi muito tempo com goiaba e uma vez uma cliente minha falou comigo, eu só compro de você que eu sei o que eu tô comendo, então, isso pra mim é um diferencial que conta muito, por essa responsabilidade, você nunca vai ver chegar lá na feirinha [agroecológica], há Hélio comprou um milho na minha mão e vendeu para fulano, eu não sou atravessador, o que eu levo pra feira alí é nosso, é [produção] familiar se eu te vender uma fruta o que for, eu sei o que eu estou te vendendo e o que você está comendo, pra mim é uma responsabilidade, é um diferencial.” (Hélio Cordeiro de Souza, 2023).

No tocante a renda, questionamos qual o valor médio mensal cada camponês alcançava com a comercialização direta e usamos como base para expressar esses valores o salário mínimo<sup>7</sup>. Identificamos que a maioria 11 entrevistados, (44%), conseguem uma renda entre um e dois salários mínimos, 8 entrevistados (32%), alcançam uma renda entre dois e quatro salários mínimos, três (12%), alcançaram uma renda de até um salário mínimo, enquanto dois (8%), alcançaram uma renda entre quatro e seis salários mínimos. Um camponês (4%), informou alcançar uma renda média mensal de R\$ 9.500,00 o que representa 7,2 salários mensais.

**Gráfico: Percentual dos entrevistados de acordo com a renda média mensal conseguida com as formas diretas de comercialização de alimentos**



Fonte: Pesquisa de Campo.

Quando cruzamos os dados da renda média mensal alcançada com a comercialização direta de alimentos e a área destinada em cada UPC dos entrevistados para produção desses alimentos, chegamos a uma média mensal de 1,28 salários por hectare de área destinada a produção de alimentos. Segundo os entrevistados o que se vende de forma direta é muito mais “bem vendido” no sentido de que nesses espaços de comercialização direta conseguem com a venda de sua produção de alimentos uma melhor remuneração pelo trabalho empregado na atividade produtiva.

Os principais desafios apontados pelos camponeses entrevistados são a negligência do poder público municipal com os espaços de comercialização direta de alimentos do município. Como já apontamos acima, todos os espaços de comercialização direta acontecem em espaços públicos, no entanto não é perceptível atuação do poder público no sentido de organizar,

<sup>7</sup> Salário mínimo em Novembro de 2023 é de R\$ 1.320,00

estruturar esses espaços para melhor atender tanto os camponeses que vendem quanto os consumidores que frequentam, como consequência para a maioria dos entrevistados os espaços de comercialização são insuficientes para atender suas demandas de comercialização.

A ausência do poder público é sentida na falta de estruturas dos espaços de comercialização direta, na desorganização das compras diretas do agricultor efetuadas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, na questão do atendimento das demandas dos camponeses com maquinários para preparo do solo e outras atividades na UPC que demandem máquinas mais pesadas e de difícil acesso ao camponês.

Na transferência de responsabilidades do CCAF para os agricultores que hoje são responsáveis por pagar funcionários que trabalham nesse espaço de comercialização e também na falta de fiscalização da política pública de distribuição do ticket-feira que pra muitos hoje está sendo abertamente sendo desviados para atravessadores e atrasos nos pagamentos aos camponeses pela prefeitura.

Por fim, ainda foram apontados como desafios a questão do transporte da produção até a cidade seja por não terem um veículo adequado ou pelas condições das estradas, diminuição das vendas nos espaços de comercialização apontado por muitos dos entrevistados como sendo consequência da diminuição do poder aquisitivo da população de uma forma geral, falta de valorização da produção local pelos consumidores, a concorrência com os supermercados que passaram a vender hortifrutigranjeiros e a disputar mercado com os espaços de comercialização direta, mão de obra para o trabalho produtivo na UPC e a questão da sucessão familiar, custos altos dos insumos com destaque para a energia usada na irrigação, a falta de assistência técnica, o acesso ao crédito e as mudanças climáticas também são citadas como desafios importantes para os camponeses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que observamos em nossa pesquisa é que os camponeses envolvidos nas formas de comercialização diretas têm alcançado uma renda satisfatória com mais êxito na perspectiva apontada por Chayanov, (2014, [1924]), o que tem garantido uma maior afirmação desses grupos no campo, no interesse de permanência dos jovens na atividade produtiva camponesa e a garantia de um circuito local de produção e abastecimento de alimentos elemento fundamental para garantia da soberania alimentar local.

Nossas conclusões demonstram que a comercialização direta de alimentos tem sido uma estratégia adotada pelos camponeses nessa porção do território capixaba para driblar a subordinação ao capitalismo, que está permitindo alcançar uma renda satisfatória com maior

êxito e maior autonomia quando comparada a outras atividades produtivas que hegemonomizam a ocupação do território na região como a monocultura do café conilon – que prevalece nas pequenas propriedades entrevistadas – e a territorialização do capital por meio da pecuária extensiva ou de monocultivos de eucalipto.

Portanto, a comercialização direta de alimentos tem influenciando o trabalho e o arranjo produtivo dessas UPC's, fortalece e amplia a dinâmica local de abastecimento de alimentos contribuindo para uma maior soberania alimentar local, da visibilidade aos grupos camponeses envolvidos na produção de alimentos o que tem promovido uma aproximação da cidade com o campo, proporciona o uso de práticas mais sustentáveis de produção como a agroecologia, agricultura orgânica entre os camponeses que produzem para vender nas formas diretas de comercialização.

Por fim, a pesquisa demonstra que essas experiências têm grande potencial para dar respostas locais, de forma sustentável ao atual modelo hegemônico de produção e distribuição de alimentos, cabendo ainda estudos que sistematizem essas experiências e sirvam de subsídios para, entre outras questões, fortalecimento de políticas públicas de abastecimento local e combate a fome já existentes como a elaboração de novas políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALBANI, José Maria. **Experiência como camponês/a que comercializa de forma direta no município de Montanha - ES**. 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 21/06/2023.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. 2012. 393 f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, 2012.

\_\_\_\_\_. Pecuária e o espaço agrário capixaba: a formação dos "domínios do boi" no extremo norte do espírito santo. **Geografares - Revista do Programa De Pós Graduação Em Geografia UFES**, Vitória, ISSN 2175 -3709, p.91-106, Agosto-Dezembro, 2014.

CHAYANOV, A.V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CARVALHO, H. M. (Org.). **Chayanov e o Camponato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

DIAS, Alexandre Pessoa, et al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular. 2021.

FREIRE, Eduardo. **Experiência como camponês/a que comercializa de forma direta no município de Montanha - ES.** 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 30/05/2023.

TRÊS, Jair Luiz. **Experiência como camponês/a que comercializa de forma direta no município de Montanha - ES.** 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 21/06/2023.

LANÇADO no Espírito Santo Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. **Governo do Espírito Santo**, Vitória, 2010. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/lancado-no-espírito-santo-projeto-de-producao>>. Acesso em: 22 de Novembro de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.) **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PONTES, Wallace Tarcísio. **Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional: a Disputa do Contestado Por Espírito Santo e Minas Gerais (1930 a 1970)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História. UFES, 2007.

PASSOS, João. **Entrevista sobre a criação do Centro de Comercialização da Agricultura Familiar - CCAF de Montanha/ES.** 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 05/07/2023.

SERVIÇO SOCIAL RURAL. Conselho Regional do Espírito Santo. **Desenvolvimento municipal e níveis de vida no estado do Espírito Santo**. Vitória, 1962.

NASCIMENTO, Lindaura Oliveira do. **Experiência como camponês/a que comercializa de forma direta no município de Montanha - ES.** 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 26/06/2023.

SILVA, Dione Albani da. **TERRITORIALIDADE CAMPONESA NA COMUNIDADE SÃO JUDAS TADEU, MUNICÍPIO DE MONTANHA (ES)**. 2018. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo – Habilitação em Ciências Humanas e Sociais. São Mateus: 2018.

SOUZA, Hélio Cordeiro de. **Experiência como camponês/a que comercializa de forma direta no município de Montanha - ES.** 2023. Entrevista concedida a Dione Albani da Silva em 12/07/2023.

WANDERLEY, Maria N.B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João C (Org.). **Agricultura familiar** Realidades e perspectivas. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 23-56.